

Tânia Mara Campos de Almeida (org.)

Encontro com
Rita Segato

por sua linhagem:
memórias e memorial



EDITORA



UnB



Universidade de Brasília

Reitora Márcia Abrahão Moura

Vice-Reitor Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora Germana Henriques Pereira

Conselho editorial Germana Henriques Pereira (Presidente)
Fernando César Lima Leite
Ana Flávia Magalhães Pinto
Andrey Rosenthal Schlee
César Lignelli
Gabriela Neves Delgado
Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo
Liliane de Almeida Maia
Mônica Celeida Rabelo Nogueira
Roberto Brandão Cavalcanti
Sely Maria de Souza Costa

Tânia Mara Campos de Almeida (org.)

Encontro com
Rita Segato
por sua linhagem:
memórias e memorial

Equipe editorial
Coordenação de produção editorial : Marília Carolina de Moraes Florindo
Assistência editorial : Jade Luísa Martins Barbalho
Emilly Dias
Revisão : F. Soudant
Projeto gráfico e diagramação : F. Soudant

© 2022 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora Universidade de Brasília
Centro de Vivência, Bloco A – 2ª etapa, 1º andar
Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70910-900
Telefone: (61) 3107-3700
www.editora.unb.br
contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização formal da Editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília – BCE/UNB)

E56 Encontro com Rita Segato por sua linhagem [recurso eletrônico] : memórias e memorial / Tânia Mara Campos de Almeida (org.). – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2023.
263 p.

Formato PDF.
ISBN 978-65-5846-079-4.

1. Segato, Rita Laura. 2. Antropologia. I.
Almeida, Tânia Mara Campos de (org.).

CDU 39

Sumário

Prefácio	8
Trajectoria de uma pesquisadora ilustre e corajosa que desvenda e enfrenta a realidade concreta <i>Volnei Garrafa</i>	
Apresentação	12
<i>Femenagem</i> à Rita Segato por uma de suas comunidades intelectuais <i>Tânia Mara Campos de Almeida</i>	
Memórias	
I. Pluralismo jurídico, bioético e religioso	
Capítulo 1	
Pluralismos expressivos: contribuições e lições de Rita Segato <i>Elaine Moreira</i>	24
Capítulo 2	
Do pluralismo jurídico ao pluralismo bioético: trajectoria de vida e pensamento em 15 anos de aprendizado <i>Juliana Floriano Toledo Watson</i>	33
Capítulo 3	
Dos gritos inaudíveis à (d)enunciação da norma: sobre pandemias continuadas, capturas do Bem Viver e a reimaginação do mundo <i>Marianna Assunção Figueiredo Holanda</i>	43

Capítulo 4	
As vozes da Mãe do Silêncio no Brasil.	62
Crenças na aparição da Virgem Maria	
<i>Tânia Mara Campos de Almeida</i>	

II. Raça, Estado, violência e os “Outros”

Capítulo 5	
A fuga dos espelhos: violência, mimesis	72
e alegorias patriarcais em <i>O Iluminado</i>	
<i>Daniú Gontijo</i>	

Capítulo 6	
O Povo do Veneno?	82
Uma análise crítica das ações de	
prevenção do suicídio entre os Suruwahá	
<i>Livia Vitenti</i>	

Capítulo 7	
A racialização dos(as) assim chamados(as) ciganos(as),	96
o protagonismo dos Calon de Belo Horizonte e a	
importância do pensamento de Rita Laura Segato	
<i>Priscila Paz Godoy</i>	

Capítulo 8	
Orfandade genealógica:	111
silenciamentos, colonialidade e relações de poder	
<i>Vanessa Rodrigues de Araújo</i>	

Capítulo 9	
A singularidade forjada sobre os Waimiri-Atroari	125
<i>Verenilde Santos Pereira</i>	

Capítulo 10	
O legado político e teórico do Caso Ari	136
Parte 1: o gesto pedagógico	
<i>Gustavo Augusto Gomes de Moura</i>	

III. Gênero, feminismos e sexualidade

Capítulo 11	
Em tempos de “destruição”, quais as possibilidades e os desafios da teoria e prática decoloniais?	162
<i>César Augusto Baldi</i>	
Capítulo 12	
“Brincadeiras do Corpo”: gênero e historicidade javaé em diálogo com a perspectiva de Rita Segato	172
<i>Patrícia de Mendonça Rodrigues</i>	
Capítulo 13	
O legado feminino: a ciência e o pensamento de mulher para mulher	187
<i>Jocelina Laura de Carvalho Segato</i>	
Capítulo 14	
Para desver o mundo: tramas históricas dos vínculos e pluralidades no pensamento de Rita Segato	197
<i>Lourival Ferreira de Carvalho Neto</i>	
Capítulo 15	
Uma antropologia interpelada	216
<i>Pedro Paulo Gomes Pereira</i>	
Memorial (atualizado e revisado)	
Um olhar retrospectivo: seleção de relatos para uma memória possível da vida de uma professora	231
<i>Rita Laura Segato</i>	
Notas sobre as autoras e os autores	255

Memorial

(atualizado e revisado)

Um olhar retrospectivo: seleção de relatos para uma memória possível da vida de uma professora

Rita Laura Segato

Incluo-me nessa coletânea concebida por ocasião do recebimento do honroso título de professora emérita da Universidade de Brasília com uma retrospectiva de meu caminho como docente dessa universidade e como pesquisadora do sistema brasileiro de ciência e tecnologia, porque entendo que descrever esse caminho é a melhor forma de deixar à vista as escolhas, as perguntas, descobertas e lutas que realizei e que desenham o perfil mais acabado de quem sou. O texto se baseia em minha exposição oral para a comissão que julgou a minha titularidade, em dezembro de 2015. Agradeço emocionada às minhas discípulas, aos meus discípulos e à minha filha, que contribuíram para a realização deste livro. O presente trabalho representa uma das maiores alegrias em toda a minha passagem pela vida acadêmica. Adiciono a esta retrospectiva o texto do *Memorial* que entreguei naquela ocasião. Agradeço também à mais de centena de orientandos de graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado¹ que, pensando em voz alta nas conversas comigo, permitiram-me crescer junto com eles. Este livro permitirá, sem dúvida, constatar a qualidade do pensamento de alguns deles. Afortunadamente, muitas e muitos desses discípulos hoje conformaram uma coletividade intelectual e fraterna com intercâmbios assíduos e muita ajuda mútua, que é também motivo de imensa alegria para mim e fonte de um sentimento de grande realização. Ensinar é aprender. Quem supõe que ao ensinar não aprende não está ensinando. E ensinar é também tecer vínculos e gerar comunidade.

Agradeço muito especialmente a três pessoas que me estenderam a mão e não a soltaram através da difícil travessia de minha vida acadêmica no Brasil. Com elas necessitei contar em inúmeras ocasiões e sempre me responderam com uma generosidade monumental. Sem seu apoio constante, não teria con-

1. Cinco pós-doutores, 26 doutores, 45 mestres e 17 estudantes de graduação foram meus orientandos ao longo de 35 anos de docência.

seguido dar conta nem mesmo sobreviver aos obstáculos que encontrei pelo caminho: Volnei Garrafa, Tania Mara Campos de Almeida e Gustavo Augusto Gomes de Moura são madeira de lei.

Agradeço também ao meu ex-companheiro de vida, estudo, trabalho e luta pelas cotas, José Jorge de Carvalho, com quem cresci ao longo de muitos anos e de quem aprendi; e aos meus filhos Ernesto Ignacio de Carvalho e Jocelina Laura de Carvalho Segato, que sempre estiveram ao meu lado e compartilharam comigo as dolorosas consequências de minhas lutas sem jamais apresentar queixa.

Da antropologia à bioética: Memorial para o cargo de professor titular²

Bom dia a todas e a todos.

Foi a Faculdade de Ciências da Saúde que me ofereceu a possibilidade de me tornar “titular” dessa minha universidade, minha casa durante os últimos trinta anos, embora não tenha sido meu “ninho” natural. Então, sinto-me em dívida e muito emocionada pela acolhida desse colegiado e, muito especialmente, dos professores do Programa de Pós Graduação em Bioética, que me deram refúgio, conduzindo-me pela mão sempre solidária e justa do professor Volnei, para me oferecer um espaço de trabalho quando, por razões que farão parte deste relato, já não foi mais possível a convivência no meu antigo nicho institucional, o Departamento de Antropologia.

Planejei para esta defesa oral de minha titularidade não reproduzir aqui o que já consta no *Memorial* que apresentei à banca e que representa uma prestação formal de contas de minhas contribuições desde que comecei o caminho acadêmico na Universidade de Brasília. Deixei, então, para expor oralmente – e agora transcrevo – o que complementa aquele *Memorial*. Procurarei relatar aqui alguns momentos de minha trajetória acadêmica que não poderiam ser conhecidos de outra forma e que gostaria de compartilhar com um público maior do que aquele reunido na ocasião da defesa da titularidade. Vivi esse momento como uma oportunidade única e rara de ser julgada com justiça. Justiça da qual me vi privada desde o dia em que, sendo coordenadora do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Antropologia, comecei minha luta em defesa de um estudante de doutorado reprovado injustamente e, mais tarde, na sequência e em associação com esse episódio, pela implantação de um projeto de cotas para estudantes negros na educação superior brasileira. Vejo, portanto, nesta ocasião, uma oportunidade de obter justiça e espero ser compreendida nesse anelo.

2. Memorial apresentado na UnB, Brasília (DF), na quarta-feira, 9 de dezembro de 2015.

Um as palavras sobre minha contribuição em breves períodos de gestão acadêmica

Ao chegar ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, em junho de 1985, a banca examinadora escutou minha exposição não apenas sobre minha tese doutoral, que versava sobre os aspectos etnomusicológicos de meu campo etnográfico, mas muito especialmente sobre a parte dessa tese que tratava do que pouco depois, em 1986, eu publicaria no artigo “Inventando a natureza. Família, sexo e gênero no Xangô do Recife”. Fui então convidada pelo colegiado a ocupar a vaga que tinha ficado livre com a aposentadoria do professor Roberto Cardoso de Oliveira. Imediatamente depois, fiquei a cargo da coordenação da graduação e levei a bom termo a satisfação de dois anseios dos estudantes que lá encontrei: disponibilizar-lhes um espaço físico dentro da universidade, que recém-emergia da longa noite ditatorial, para que criassem seu centro acadêmico, além de mudar completamente o *currículum* de estudos para nele incluir pelo menos três semestres de pesquisa de campo. Muito mais tarde, durante minha gestão como coordenadora da pós-graduação do departamento, em 1998, ocorreu a mudança do formato da avaliação das pós-graduações conduzida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Participei, assim, do comitê de cinco docentes, coordenado pela professora Cláudia Fonseca, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ali se encontravam também os professores Márcio Silva, da USP, e Luiz Fernando Dias Duarte, do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Nessa ocasião, não poupei esforços para levar o meu programa à nota máxima da excelência: o 7. Na sequência dos acalorados debates e da deliberação do comitê, apenas dois programas de pós-graduação obtiveram a avaliação 7 da Capes, o da UnB e o do Museu Nacional do Rio de Janeiro; o programa da USP obteve a qualificação 6. Gostaria de destacar aqui que esse foi um importante resultado de minha gestão como coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade de Brasília.

O início do caminho na pesquisa

Meu grande esforço foi na docência, muito especialmente como orientadora, pesquisadora e autora, inicialmente no campo de minha formação, mas, muito rapidamente, adentrando uma abordagem deliberadamente transdisciplinar. Meu primeiro livro escrito no Brasil, *Santos e Daimones. O politeísmo afro-brasileiro e a tradição arquetipal* (Segato, 2005) é uma obra que cruza dife-

rentes fronteiras disciplinares e coloca em diálogo antropologia, filosofia, psicologia, mitologia, estudos afro-americanos e de gênero. O campo da saúde mental encontra-se claramente implicado nesse estudo, que aproveita os resultados de minha pesquisa de doutorado sobre a religião africana do Recife, na qual abordo os aspectos dessa religião que são ativados com efeitos terapêuticos. Minha análise revela como o panteão de divindades e suas relações oferecem uma linguagem para falar sobre acontecimentos no teatro da psique humana. Nos termos da linguagem antropológica, o que mapeio em minha pesquisa é a “teoria nativa” da personalidade e o campo do psiquismo e a estratégia terapêutica adaptativa que dela se deriva.

A partir dessa pesquisa inicial, dez anos após o meu doutorado, reutilizei seus resultados para compor *Santos e Daimones*, formulando um método que chamei “exegese recíproca”, pelo qual coloquei essa teoria nativa a conversar com o que não deixa de ser outra teoria nativa, a psicologia analítica do Ocidente. A antropóloga, como uma operadora *ex-machina*, atuando nos bastidores do texto, constrói uma cena de interlocução entre o discurso do Xangô do Recife sobre a cena do psiquismo e de seus personagens – os Orixás –, e a “tradição da imagem” no Ocidente, isto é, o discurso sobre a psique que se vale de arquétipos a partir do politeísmo grego e sua racionalização platônica, atravessada por Plotino e pelos neo-platônicos, passando pela imagística renascentista e chegando à psicologia arquetípica de Jung e dos pós-junguianos. Coloquei assim em diálogo duas teorias do psiquismo que se valem de imagens para falar da personalidade e também incidir na subjetividade e nas condutas. Ao longo das páginas de *Santos e Daimones*, vou revelando a impressionante semelhança das duas psicologias – a do Candomblé e a do Ocidente –, buscando na indagação o seu ponto de partição, isto é, a proposição em que ambas irão distanciar-se. Surpreendo-me finalmente quando a encontro: as duas tradições têm uma diferença fundamental: a teoria do Ocidente obriga o sujeito, o Eu, a se perceber como o centro desse teatro e a exercer como administrador exclusivo dessa cena, compelido, obrigado a assumir essa posição e a submeter-se ao processo terapêutico até consegui-lo – parte do que chamo, nessa obra, de “neurose monoteísta”. A teoria africana – prefiro chamar assim, africana no Brasil, para diferenciá-la da Umbanda e de outras tradições – não entroniza o Eu no centro das ações humanas e considera um universo que nos ultrapassa no controle da vida, da pessoa e do destino, com o qual é imprescindível permanecer em conexão.

Nessa diferença já se encontrava a raiz da proposta que eu trouxe para este programa ao migrar do Departamento de Antropologia para a Faculdade de Ciências da Saúde. Já estava ali uma preocupação que reencontrei agora, nesses últimos cinco anos, ao passar a trabalhar nesse novo meio, e que formulei como

linha de pesquisa com o nome de “Pluralismo bioético”, muito assentado nos moldes de um dos temas da antropologia que considero de imensa projeção nas questões do presente e sobre o qual tenho ministrado alguns seminários e também incorporado às minhas análises: o campo antropológico e jurídico do “Pluralismo jurídico”. Em ambos os campos – o do Pluralismo jurídico e o do Pluralismo bioético –, os povos são entendidos como sujeitos coletivos que perseguem metas de realização e bem-estar diferentes, e concepções diferentes sobre o que seja vida. No centro da ideia de um pluralismo bioético encontra-se a proposta da pluralidade de “éticas de vida” ou, em outras palavras, da necessidade de perceber e de aceitar a existência de “bioéticas” diversas. Para dar conta disso, é necessária uma abordagem radicalmente multi, inter e transdisciplinar, como a que se encontra no Programa de Bioética da Universidade de Brasília, que me permitiu cruzar, na formação de minhas discípulas e discípulos, a abordagem antropológica e a filosófica das ciências humanas com a perspectiva das ciências duras, da tecnologia e da manipulação do corpo. Nesse campo, no qual fui magnanimamente acolhida pela generosidade do fundador da bioética de intervenção, pude realizar-me melhor na busca da participação de uma conversa aberta e irrestrita entre disciplinas. Esta é a moldura do que aqui falarei, sustentada por uma postura radical e veementemente crítica da disciplinarização que a nossa antropologia, entre outras disciplinas, está sofrendo nesses tempos. A disciplinarização é uma tentativa de controle por parte daqueles que detêm o poder nos campos convencionais sobre os recursos que determinam a trajetória de estudantes e pesquisadores.

Justamente a adoção de uma perspectiva que não excluía outras abordagens disciplinares levou-me, em agosto de 2001, a ser a primeira entre os autores latino-americanos – e a única até o momento – a ser convidada a participar do prestigioso Colóquio do Círculo de Eranos, fundado por Carl Gustav Jung e seu círculo, em Ascona, Suíça, para expor aspectos do livro *Santos e Daimones*, que traça uma “exegese recíproca” entre as religiões de Orixás no Brasil e a tradição da imagem no Ocidente, de Platão a Jung e a psicologia arquetipal. Minha palestra “Oracle, destiny and personality in Afro-Brazilian cosmologies” foi publicada no volume da *Eranos Series* dedicado a essa importante reunião (Schabert, 2004).

O trajeto: dos temas de pesquisa à reflexão teórico-política

Minha pesquisa doutoral e a obra citada – *Santos e Daimones* –, que publica em português, uma década depois, parte de meus dados e análises da tese para colocá-los em diálogo com a tradição ocidental da imagem, representam ainda

meu primeiro encontro com o campo de estudos que hoje denominamos “de gênero”. Faço referência a essa fase como “meu último período feliz” na antropologia, durante o qual decidi e escolhi o que queria observar, meu campo, minhas perguntas. Com o tempo, isso mudou, como explicarei adiante.

Só recentemente lembrei-me de algo surpreendente, com a progressão de minha pesquisa no Xangô, e à medida que fui me tornando mais íntima das pessoas do culto, fui percebendo que sua maneira de entender e habitar a masculinidade e a feminidade era muito diferente da ocidental e, em particular, da minha como jovem argentina recém-chegada ao Brasil e aos bairros mais pobres da cidade do Recife. Lentamente, ao longo de meus três períodos de estudos de campo, entre 1976 e 1980, e especialmente quando morei, nos últimos nove meses, dentro de um terreiro, passo a entender que necessito de um vocabulário, de uma categoria para falar do fato de que masculinidade e feminidade são o resultado de uma construção arbitrária, cultural, por diferir de uma civilização para outra. Não se tratava apenas dos papéis sociais de homens e mulheres, no sentido em que Margaret Mead já havia observado. Era muito mais do que isso, pois estava diante de uma sociedade na qual as relações homoafetivas, no sentido de homo-sexuais”, eram a “normalidade” – e coloco o hífen em homo-sexuais para que se perceba que não se trata da categoria “homossexual”, no sentido de “*gay*”, como é utilizada no contexto de sentido ocidental, isto é, como desvio do comportamento padrão, convencional, mas, simplesmente para indicar a existência de uma atração sexual entre pessoas com a mesma genitália que se deriva naturalmente do universo de sentido do culto. Em etnografias anteriores à minha já se falava da presença dessa homo-sexualidade entre os homens do culto; na minha etnografia, identifico a frequência e a normalidade do mesmo tipo de sexualidade entre as mulheres. A construção do que era um homem e uma mulher, a posição masculina e a posição feminina e a sexualidade mesma eram, naquela sociedade, totalmente diferentes da minha. As mulheres poderiam até ter um cônjuge, mas também mantinham ou tinham mantido relações homoeróticas com outras mulheres. Constatei, assim – e publiquei em 1986, no meu artigo “Inventando a natureza: família, sexo e gênero no Xangô do Recife” –, que anatomia, orientação sexual, papel social e personalidade eram estratos independentes na constituição da pessoa, e comecei a procurar uma categoria que me permitisse falar dessa “diferença” civilizatória, do caráter cultural, arbitrário da construção das condutas próprias das posições masculina e feminina. Comecei então a pensar como é possível que essas pessoas estivessem frente à sexualidade de forma tão diferente à norma ocidental, moderna, colonial. E passo a me perguntar onde eu poderia achar o vocabulário que me permitisse falar desse caráter arbitrário e cultural dessa construção. Lembro-me

então da arbitrariedade da gramática e do léxico para representar o que é masculino e feminino, e lanço mão da palavra “gênero”, utilizada na análise gramatical. Foi daí que a tomei, pois, ainda durante os anos em que realizei a pesquisa para a minha tese doutoral, entre 1976 e 1980, não existia no vocabulário disciplinar a expressão “antropologia de gênero”, tampouco a categoria “gênero” era utilizada na análise dos dados etnográficos. Basta dizer que embora a inaugural formulação de um “sistema sexo/gênero”, de Gayle Rubin (1975), em seu “The traffic in women: notes on the ‘political economy’ of sex”, para descrever a transmutação do dimorfismo biológico em um dispositivo cultural tenha sido publicada em 1975, o ensaio “Gender: a useful category of historical analysis”, de Joan Scott, é de 1986 ; e o célebre *Gender trouble*, de Judith Butler, vê a luz em 1990. E só quase uma década depois aparecerão, quase simultaneamente, dois importantes livros sobre a Nigéria, resultantes de teses doutorais, que retomam as discussões sobre as complexidades de gênero na sociedade dos Iorubas: Lorand Matori, afrodescendente norte-americano, atualmente professor em Harvard, publica *Sex and the empire that is no more: gender and the politics of metaphor in Oyo Yoruba religion*, em 1994; e Oyeronke Oyewumi, *The invention of women. Making an African sense of western gender discourses*, em 1997.

Foi a partir de janeiro de 1981, ao chegar na Irlanda do Norte para redigir a tese, que me deparo com as primeiras publicações no campo da antropologia da mulher e a problematização, dessencialização e desbiologização das noções de “mulher” e de “homem” que constituem o fundamento da categoria “gênero”, como passou a ser utilizada nas ciências humanas. Percebo então a intensa afinidade entre o que eu tinha visto, no meu trabalho de campo, e o que um conjunto de sofisticados estudos em diversos campos das Humanidades, como a psicanálise, a filosofia, a antropologia e a literatura comparada começavam a mostrar nos Estados Unidos, na França e no Reino Unido. As mulheres do meu campo estavam em uma sintonia notável com as autoras do momento, que li com grande facilidade porque tinha já aprendido o que tentavam explicar com o povo do meu campo. Extraordinária e assombrosa essa coincidência inicial na problematização da relação sexo/gênero, que me permitiu perceber a grandeza das mulheres com quem convivi em Recife e que me levaria, na sequência, a duvidar da necessidade do eurocentrismo e da colonialidade da submissão à *mission civilisatrice* do feminismo branco e institucional dos países centrais no nosso mundo.

Antes de minha pesquisa – que resultou na adoção de uma perspectiva de gênero que fui elaborando e formulando por um caminho próprio, à luz do que me foi sugerindo o meu campo etnográfico e do que dele assimilei – existia no Brasil, a partir de contribuições de autores como Ruth Landes, com sua extraor-

dinária obra *Cidade das mulheres*, da década de 1940 ou, já a partir dos anos 1970, com as pesquisas de René Ribeiro, no Recife, de Peter Fry, no Rio de Janeiro, entre outros, a visão dominante era de que homens com uma sexualidade não normativa se aproximavam do Candomblé por ser esse um ambiente gentil, que acolhia e dava espaço para que homens femininos pudessem desenvolver suas habilidades, talentos e formas de expressão. O meu aporte foi na direção oposta, pois entendi e argumentei que a tradição afro-brasileira, ela própria, tinha um esquema de gênero totalmente diverso do ocidental, que promovia uma “noção de pessoa”, para empregar um termo antropológico consagrado pelo ensaio clássico de Marcel Mauss, no qual a “transitividade de gênero”, para utilizar meus termos, era uma matriz constitutiva que dava forma, subjetivava e assujeitava a arquitetura de gênero, a afetividade e a sexualidade de seus membros. Isso era muito mais do que dizer que a tradição religiosa afro-brasileira simplesmente tratava bem e dava espaço aos homossexuais, ou que oferecia um atrativo para homens inclinados aos trabalhos femininos e em busca de espaços para expressar sua afetividade e sexualidade em liberdade. A tradição, afirmei, formatava sexualidades e afetividades outras, diferentes da ocidental.

Chego, então, a junho de 1985, à docência no Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, municiada de uma formação em teoria antropológica dentro de uma genealogia de estirpe notável, pois meu orientador, John Blacking, tinha sido orientado por Meyer Fortes, por sua vez discípulo de Malinowski. Venho, também, formada em etnomusicologia, que era o campo de especialização de meu orientador. Passo a ministrar disciplinas teóricas, dentre outras, no campo de religião e sociedade e, mais tarde, criamos, no Departamento de Antropologia, um tópico que nos permitiria dar aula sobre o tema “antropologia da mulher” e, mais tarde, “antropologia de gênero”.

Entre janeiro e maio de 1987, afastei-me com uma bolsa de pesquisa para retornar a Argentina por cinco meses e pesquisar a conversão ao protestantismo em localidades da Quebrada de Humahuaca e da Puna (Altiplano) da Província de Jujuy, trabalho que deu origem a dois textos que têm sido republicados em diferentes mídias de vários países: “Um paradoxo do relativismo: discurso racional da antropologia frente ao sagrado” (1989) e “Cambio religioso y des-etnificación: la expansión evangélica en los Andes Centrales de Argentina” (1991). Mais tarde continuei pesquisando a mudança religiosa ou, como diz o título de uma coletânea de ensaios que coorganizei, publicada pela Editora da Universidade de Uppsala: “Religiões em transição” ou, em outras palavras, o trânsito religioso, muito especialmente o ingresso das religiões afro-brasileiras na Argentina e no Uruguai. Todos os artigos que resultaram dessas pesquisas foram reunidos, em 2007, na coletânea *La nación y sus otros. Raza,*

etnicidad y diversidad religiosa en tiempos de políticas de la identidad, publicada na Argentina por Prometeo Libros, a exemplo de meu livro anterior, de 2003, e todos os que se seguiram até hoje. Foi assim que transcorreram os primeiros anos, a década inicial, durante os quais, além de publicar artigos sobre gênero, religião e sociedade, pesquisei e escrevi o livro já mencionado *Santos e Daimones*. Nesse período, em companhia de um grupo de colegas feministas que pesquisavam uma diversidade de disciplinas e temas, criamos o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (NEPeM/UnB).

Até que, em 1993, o Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, coronel Brochado, solicita ao então reitor da Universidade de Brasília, que pesquisadoras da universidade o ajudassem a entender um fenômeno que considerou surpreendente: Brasília, uma cidade tão nova, transparente e ordenada na época, apresentava uma elevada incidência de violência sexual e estupro. É a partir desse momento em que entro a realizar o que mais tarde chamei de uma “antropologia por demanda”, isto é, a disponibilizar a caixa de ferramentas etnográfica, a escuta etnográfica, para responder às perguntas que me são colocadas por iniciativas de terceiros. Passo, portanto, a trabalhar de uma forma em que a interpelação é invertida: se antes eu interpelei uma sociedade, fui estudá-la a partir de minha decisão e de meus interesses, a partir desse momento, a maior parte da antropologia que fiz passa a ser uma antropologia que responde a uma interpelação vinda de outrem, isto é, mudou o eixo da interpelação. O reitor da Universidade convoca então as professoras que atuavam no NEPeM. Em um primeiro momento fomos, do Departamento de Antropologia, Mireya Soares e eu, a quem logo se soma Lourdes Bandeira, recém-chegada da Universidade Federal da Paraíba. Sem nenhuma de nós ter trabalhado jamais sobre o tema da violência, ficamos, a partir daí, a cargo de responder aos questionamentos do secretário de Segurança Pública e começamos a trabalhar. No meu caso, escolhi trabalhar escutando os sentenciados pelo crime de estupro, e convoquei uma equipe muito bem selecionada de estudantes, a maior parte dos quais formam o meu círculo de discípulos até hoje. Dessa pesquisa parte todo o meu trajeto e as minhas contribuições à compreensão da violência de gênero até hoje. Ali eu descobria o modelo interpretativo e os conceitos que publicaria nos capítulos do meu livro *Las estructuras elementales de la violencia*, editado em Buenos Aires por Prometeo, em 2003, e que vão se desdobrar e ramificar em novas categorias ao longo dos anos, à luz de novos campos examinados, em diversos países do continente, muito especialmente no México e nos países do Triângulo Norte da América Central, ampliando-se constantemente, mas sem abandonar a tese original. O que ocorreu com a tese ali concebida foi mais um desenvolvimento e a ampliação da mesma tese do que propriamente uma mudança. Durante os anos 1994 e 1995, au-

sentei-me da pesquisa e permaneci nos Estados Unidos, no Departamento de Antropologia da Rice University, em Houston, Texas, e no Institute of Latin American Studies da Universidade da Flórida, em Gainesville. Retornei ao trabalho na penitenciária de Brasília em 1996, quando iniciei um segundo projeto com a equipe, que chamei “Fala interno: o direito humano à palavra no cárcere”, que deu origem a algumas publicações sobre o tema carcerário, dentre as quais: “El sistema penal como pedagogía de la irresponsabilidad y el proyecto ‘habla preso: el derecho humano a la palabra en la cárcel’” (2003a).

O período de dois anos nos Estados Unidos levou-me a perceber a diferença dos processos de racialização próprios da sociedade do Norte em relação às nossas, latino-americanas. Daí, e muito especialmente a partir de um seminário que ministrei em Gainesville, em 1995, surgiram os primeiros dados e as reflexões que conduziram à redação e publicação em revistas acadêmicas de ensaios que, em parceria com colegas que também trabalham o tema da transmigração religiosa, finalmente comporiam o livro *La nación y sus otros* (2007). Esses ensaios representam uma postura crítica em relação à agenda multicultural e às identidades políticas globais formatadas pela grade categorial composta ao longo da história dos Estados Unidos. A tipificação das identidades negra, indígena e *gay* para a época, formulada e dotada de recursos para sua globalização por agências norte-americanas, é tratada com desconfiança nessa obra.

O volume de *La nación y sus otros* abre com o texto “Identidades políticas/alteridades históricas: una crítica a las certezas del pluralismo global”, publicado inicialmente no *Anuário Antropológico* (1997), republicado na coletânea de 2007. No referido artigo, proponho a noção de “formações nacionais de alteridade” ou “matriz nacional de alteridades” para fazer observar que os modos de outrificação produzidos ao longo das histórias nacionais e regionais não são os mesmos que os do multiculturalismo globalizado. Defendo que cada nação produz sua própria estrutura de diversidade interna e, ao comparar Argentina, Estados Unidos e Brasil e o jogo das identidades próprias dessas nações, entendo que as “identidades políticas” globais promovidas em suas grades e formulários pelo Norte não correspondem nem representam as “alteridades históricas” que emergem das histórias situadas na América Latina. Como consequência, afirmo que temos de aprender a nomear a raça e a falar de racismo, mas dentro dos enquadramentos próprios de nossas realidades específicas. Caso não o façamos dessa forma, não encontraremos as soluções nem as políticas a nos permitir transcender efetivamente e eliminar a discriminação racial, assim como as demais formas de outrificação e estigmatização, bem como todo o sofrimento que causam. Daí passo a afirmar e a alertar a respeito da colonialidade existente no cerne dos movimentos sociais, a maneira como o Império e os países centrais

atuam no manejo das políticas de identidade com o objetivo de controlar suas reivindicações e seus objetivos, e incluo aqui o movimento LGBTIA+ e o movimento de mulheres, lado a lado com as frentes étnicas e raciais.

Assim, quando em 1998 ocorreu, no Departamento de Antropologia da UnB, a reprovação de um estudante de doutorado negro, *gay* e baiano, sem justificativa aceitável, saio em sua defesa no exercício das funções de coordenadora do Programa da Pós-Graduação; no final de 1999, em decorrência desse caso específico, junto ao orientador do estudante, professor José Jorge de Carvalho, foi iniciada nossa “luta pelas cotas”. Damos o primeiro passo, no Brasil, de um debate sobre as ações afirmativas no cerne mesmo das universidades então inequivocamente brancas (“Políticas raciais para uma universidade inclusiva: uma proposta de cotas para a Universidade de Brasília”, 2002). Durante todo esse processo, confesso que me senti em todo momento completamente confortável ante as acusações que recebemos de que copiávamos o Norte, uma vez que eu já tinha escrito e publicado vários ensaios críticos sobre a adoção dos esquemas do Norte em políticas para o Sul. Foi justamente em decorrência desses trabalhos anteriores que estive bem preparada para refutar as críticas e explicar – para mim mesma e para os demais interessados – a razão e o significado de nossa luta em um contexto nacional como o do Brasil. A coletânea *La crítica de la colonialidad en ocho ensayos y una antropología por demanda*, de 2017, reuniu diversos ensaios sobre raça e racismo, assim como também um texto sobre a história da luta pelas cotas para estudantes negros na universidade brasileira, iniciada justamente com esta alteração na Universidade de Brasília, texto publicado em 2012 pela *Revista de Casa de la Américas*: “Brechas descoloniales para una Universidad Nuestroamericana”.

Nomear a raça e o racismo, a partir de uma perspectiva latino-americana própria, ou melhor a partir de uma perspectiva “nosso-americana”, é da maior importância, trata-se de tarefa pendente no continente, como já havia objetado em “Los cauces profundos de la raza latinoamericana”, publicado no volume de 2010. O Brasil avançou muito mais nesse caminho que as demais nações do entorno, e estou convencida de que o debate nacional que as cotas promoveram foi central na possibilidade de a nação brasileira como um todo – seus não brancos e seus brancos – enxergar sua ferida interna como nação, enquanto os demais países, e eu tenho percorrido muito a América latina, ainda não têm nomeada a raça a partir de sua própria história, um trabalho pendente e indispensável a todos. No Brasil a consciência racial é maior e as cotas se transformaram praticamente em um consenso na maioria das universidades brasileiras, uma vez que a questão racial justamente ultrapassou a fronteira do gueto. A esperança aparece quando as realidades dos minorizados e das minorizadas, essas existên-

cias parcializadas, transformadas em interesses particulares de negros, mulheres, gays, dentre outros, se desguetificam e se transformam em questão nacional, de interesse geral. Sair da minorização resultante da estrutura binária da cognição colonial-moderna – como tenho argumentado em minhas intervenções mais recentes – é da maior importância e urgência, mas é tarefa espinhosa. No caso do Brasil, a luta por ações afirmativas é, há muito, tema de reivindicação do movimento negro, mas obteve uma vitória estrondosa ao nacionalizar-se, ao se tornar tema do interesse e de debate de toda a sociedade.

Em um país onde mais de 50% das pessoas têm a marca da afrodescendência, quando se ameaçou tocar na estrutura da universidade – celeiro onde se reproduzem as elites e corredor por onde se passa para chegar aos gabinetes onde se decide a aplicação dos recursos da nação –, o Brasil inteiro se vê obrigado a falar em raça. Pela primeira vez e, obrigatoriamente, as elites branqueadas tiveram de sair do abrigo, abandonar a tática colonial do silêncio, isto é, de não deixar os problemas obterem um registro no discurso – o de não nomear – e viram-se então obrigadas a contestar a proposta dizendo: “não, nunca fomos racistas”. Não tinham como prová-lo e, coincidentemente, nesse preciso momento histórico – como relato em “Los cauces profundos de la raza latinoamericana” –, apareceram pela primeira vez estatísticas oficiais asseverando o oposto do que proclamavam.

Vou, assim, aproximando-me da perspectiva da colonialidade do poder, na qual a raça é considerada o epicentro da desigualdade no mundo. A grandeza dessa perspectiva, como inicialmente formulada por Aníbal Quijano, é que identifica o evento da Conquista e a subsequente Colonização como origem de uma era que reestrutura o globo e a subjetividade. Nessa reestruturação, a invenção de raça ocupa o lugar central, é o epicentro da nova classificação de povos e paisagens. Por isso, o pensamento inspirado por essa perspectiva passa a ser uma guinada – como a guinada copernicana –, ao que chamamos “giro decolonial”. O neologismo “decolonial” ou “descolonial” se faz necessário porque não é possível uma descolonização; não há, a partir dessa perspectiva, uma ideia de origem recuperável. O decolonial é uma consciência de outro tipo, e sua estratégia é a de brechas e fissuras que se abrem e desestabilizam a teia do discurso próprio do padrão colonial e a subjetividade já existente. Instalação da colonialidade e invenção de raça são, portanto, nomes, aspectos de um mesmo evento, de uma mesma virada. Minha estreita amizade com o autor, durante a última década da sua vida, levou-me a colaborar com ele na organização do que ele chamava, na intimidade, o “labirinto de suas ideias”, e fez com que eu dedicasse um ano (2009) a reunir os textos dispersos em que ele havia formulado sua teoria.

Caminhante dessa trilha de descarte da adoção de noção de “raça” – própria da formação de alteridade anglo-saxã, como expliquei –, encontro nessa perspectiva um importante subsídio, um importante vocabulário teórico para falar da relevância da raça na desigualdade humana, mas, sobretudo, como invenção histórica, invenção e instrumento do processo colonial em si. Chega então a pergunta do público crítico: “Por que raça e não classe?” Não se trata de negar a existência das classes sociais, mas se trata do entendimento de que a classe pode nos ludibriar, pode nos fazer crer que podemos pensar a desigualdade da mesma forma estando aqui em nosso quintal, em nosso território, e estando na Europa. Podemos sonhar que é possível fazer teoria do mesmo jeito estando do lado de lá e do lado de cá do Atlântico. A raça nos situa, nomeia o chão que pisamos, nomeia o nosso horizonte, enquanto a classe não nomeia o lócus colonial de nossa existência.

Uma antropóloga interpelada, uma antropologia litigante

A pesquisa na tradição afrorreligiosa do Xangô do Recife deixou em mim um sentimento de dívida pelos conhecimentos que recebi das pessoas com quem trabalhei. Elas, pela forma como me instruíram no universo de sua visão de mundo e conhecimentos, deram-me o material com o qual pude iniciar a construção da carreira que tenho hoje. Lá, nesses anos de minha pesquisa doutoral, sofri uma conversão que podemos chamar de “conversão antropológica”, e a pessoa que sou expandiu-se até acolher em si um mundo que não era o seu, do qual não era originária. Também lá compreendi que todo o universo da civilização humana se encontra em nós como virtualidade, e que é possível ampliar nossa parcela incorporando outros fragmentos do grande espectro das culturas quando abrimos o nosso horizonte, quando reconhecemos a grandeza dos outros, sua inteligência e o que têm para nos ensinar. Lá ainda, consegui superar os limites do marxismo rígido de minha formação setentista, sem abandonar a luta e a perspectiva crítica com relação ao que hoje chamo “o projeto histórico do capital”. Ao conviver com um povo que acordava a cada manhã, tendo que resolver o problema sobre o que poderia comer no dia, com o que poderia alimentar os seus pequenos – “o que comeremos hoje?” –, em situação de carência absoluta, e ainda assim um povo a manifestar uma felicidade existencial sem igual, uma festa da vida que eu nunca tinha testemunhado antes; fui obrigada a repensar algumas de minhas crenças sobre a realização humana. Ficou, desde então, pendente para mim a possibilidade de fazer uma devolução de parte, pelo menos, do que tinha ali aprendido.

A questão racial na educação superior brasileira: a luta pelas cotas

A partir dali, a vida colocou-me diante de uma série de acasos que acabei definindo como uma “antropologia por demanda”. Se a primeira casualidade foi o já referido desafio de pensar a violência contra as mulheres por solicitação do secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, ao qual avoquei e continuo dando resposta até hoje, logo depois veio o divisor de águas de minha vida acadêmica e pessoal: a decisão, junto ao professor José Jorge de Carvalho, de propor uma política de cotas na Universidade de Brasília, em resposta a uma injustiça que havia testemunhado investida na coordenação da Pós-Graduação do Departamento de Antropologia: a reprovação do estudante de doutorado Ariovaldo Lima.

Posso escrever aqui que o estudante foi reprovado injustamente, uma vez que, em agosto de 1998, dois anos após sua reprovação e do início de minha peregrinação pelas diferentes instâncias da universidade pedindo a revisão da menção infligida ao aluno, em maio de 2000, o Conselho de Ensino e Pesquisa da Universidade decidiu, por maioria absoluta, reconsiderar a nota que o aluno tinha recebido. No texto da ata consta que, “por uma antipatia pessoal”, o professor tinha reprovado o aluno violando as regras do Estatuto da Universidade. De acordo com o parecer requerido a um experto em avaliação, ao reprovar o conjunto dos ensaios entregues pelo aluno, sem uma única comunicação ou comentário por parte do professor a justificar a baixíssima menção outorgada, tinha o mesmo infringido a norma que estabelecia o caráter educativo e pedagógico do ato avaliador. Com a decisão do conselho – em ato exemplar de retidão acadêmica –, Ariovaldo obteve, nesse mesmo dia, de forma imediata, os créditos que o professor havia negado, os últimos faltantes antes da defesa de sua tese doutoral. Mas, como consequência desse apoio raro, iniciou-se uma duradoura e dolorosíssima fase de acoso laboral e uma perseguição a alunas e alunos a mim vinculados. Contar essa história com detalhe é um ato de justiça que ainda devo a mim mesma, a elas e a eles, à Universidade de Brasília e à sociedade em geral. Por quê? Porque somente a compreensão cabal desses processos pode evitar sua repetição.

A partir do “Caso Ari”, que revelara a dificuldade de manter em um doutorado de excelência – aquele conotado 7 pela Capes –, um estudante brilhante, porém negro, oriundo do Recôncavo Baiano, filho de uma costureira, uma família de tradição operária, e *gay*, passamos então a elaborar e a defender, em 1999, uma proposta de cotas para estudantes negros e uma medida de ação afir-

mativa diferenciada para alunos indígenas na Universidade de Brasília, que foi assim a primeira universidade pública brasileira a debater tal política. Aos inimigos iniciais se somaram outros. Foi necessário responder às muitas tentativas de frear, impedir, impossibilitar o projeto. Mas todas se mostraram infrutíferas.

Elaborei então um guia de respostas que chamei “FOQ: Questões ouvidas frequentemente”. Foram listadas onze, habituais, de todos os públicos, em todas as audiências sobre a proposta. Todas elas, com o tempo, foram se dissolvendo: “E se o negro for rico?” “Por que cotas raciais e não sociais?” “Não é uma cópia dos Estados Unidos?” “Raça não existe!” “Como se sabe quem é negro no Brasil?” etc. Todas foram se desintegrando. Algumas com ironia, como esta última: “Basta perguntar aos porteiros e aos policiais!” Somente uma pergunta sobreviveu e foi o foco da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, apresentada pela advogada Roberta Kaufman ao Supremo Tribunal Federal, que julgou a nossa proposta de Brasília, perdendo a causa por unanimidade. O centro da arguição, mal redigida e pobremente argumentada, foi a ideia de que nomear a raça nas normas institucionais significaria “racializar” a nação, isto é, de acordo com o argumento, dividir a nação em dois tipos de cidadania.

A pergunta sobre a existência da raça, sobre a qual respeitados biólogos brasileiros compareceram ao debate para negar enfaticamente a validade da noção de raça, demandou um esforço teórico para explicar como seria possível a existência de racismo a partir de uma realidade inexistente. Foi assim que escrevi meu texto “Raça é signo”, publicado inicialmente, em português, por Anna Blume, em 2006, na coletânea organizada por Aécio Amaral e Joanildo Burity, *Inclusão social. Identidade e diferença. Perspectivas pós-estruturalistas de análise social*; em 2007 o texto foi incorporado à minha coletânea de ensaios *La nación y sus otros*. Nesse texto, esboço uma definição de raça que esmiúço ao longo do artigo. Minha definição é a seguinte: raça é a marca nos corpos da posição que ocuparam na história colonial, lida pelos olhos que conhecem essa história. Portanto, a definição não é substantiva, mas relacional. Trata-se de uma relação entre interlocutores, um deles que adjudica, que atribui raça, “racializa”, para quem o corpo classificado é visto como representante de uma posição geopolítica que o impregna. É por isso também que falo que somos emanações, partículas de uma paisagem colonial que se impregna em nossos corpos e é lida como raça. Somente isso é capaz de explicar por que todos nós somos Fanon em Paris – não brancos –, ainda que tenhamos quatro avós europeus. Somente isso pode explicar como e por que ainda aqueles que jogam no time como brancos nos países de nosso continente, tornam-se não brancos quando vão à Europa ou aos Estados Unidos. Acontece que somos atravessados

pela paisagem que nos constitui, a paisagem colonial impregna nossa corporalidade, nossa gestualidade. Somos a paisagem na qual nascemos. Essa é, para mim, a definição de raça que serve para o nosso universo latino-americano e que me custou bastante tempo e muita reflexão para conseguir formular.

Minhas formulações teórico-políticas sobre o tema racial me valeram ser convidada, em 2013, para participar, como jurada, da 53ª edição do “Prêmio Literário Casa de las Américas” para o tema da presença negra na América e no Caribe, pela primeira vez incluído no certame.

As mulheres indígenas do Brasil: as lições do outro feminismo

Tinha eu chegado a esse ponto nas contribuições que estiveram ao meu alcance na longa batalha contra o racismo na universidade brasileira, quando recebi o convite da representante da Cooperação Alemã GTZ, na Fundação Nacional do Índio (Funai), professora Marcia Gramkow, para ministrar uma oficina para mulheres indígenas. Tinha acontecido que duas mulheres, Rosana Kaingang e Miriam Terena, às vésperas da investidura de Lula como presidente da República, foram ao presidente da Funai solicitar uma oficina que desse a elas instrução a respeito do vocabulário da teoria de gênero e também noções de “direitos humanos”, “direitos humanos das mulheres” e “direitos humanos dos povos indígenas”. O que as motivava era que desejavam levar até o novo presidente um documento com uma série de reivindicações para os povos indígenas, bem como para elas, mulheres indígenas, em particular. Esse convite para ministrar a oficina solicitada representou para mim um novo caminho de imensa importância na compreensão dos diferentes feminismos. Solicitei que fossem convocadas mulheres de diferentes grupos étnicos, regiões geográficas, grupos de idade, graus de escolaridade formal, ocupação, profissão, tipos de atuação na vida doméstica, na vida política e no movimento indígena, e tipos de participação e inserção no mundo tradicional da comunidade e na sociedade brasileira. Assim, o critério de escolha das participantes buscou garantir a presença e representação da maior variedade de tipos de experiência, interesses e pontos de vista. Reuniram-se 41 mulheres de todos os cantos do Brasil. A Oficina de Capacitação e Discussão de Mulheres Indígenas teve lugar nas imediações de Brasília, durante a semana de 4 a 10 de novembro de 2002, em um regime de verdadeiro internato: conversamos, comemos e dormimos na mesma hospedaria durante toda a oficina. O documento que resultou teve por título: “Uma agenda de ações afirmativas para as mulheres indígenas do Brasil”, 2003b. O *paper* estava subdividido em duas partes: “Apostila de con-

ceitos básicos para o debate: gênero, direitos humanos e ações afirmativas para mulheres indígenas” e “Uma proposta de políticas públicas e ações afirmativas para as mulheres indígenas.”

Descobri que as mulheres ali reunidas praticavam um ativismo com características diferentes do feminismo das mulheres brancas. Tinha me reencontrado com os mesmos fundamentos das mulheres do Xangô, do Recife, que poderiam ser descritos como um “feminismo pré-político”. Eu já conhecia as críticas que surgiram nos anos 1980, acerca da pretensão global do feminismo branco, eurocêntrico, e foi nesta reunião que me deparei com mulheres indígenas que raciocinavam de forma diferente da minha. Era um feminismo para mim desconhecido, que nunca tinha visto em operação: para cada aspiração que apontavam e que apresentariam ao novo presidente da República, referiam-se, inicialmente, à sua necessidade imperiosa e à demanda do povo a que pertenciam, como um todo, e somente depois faziam referência, no âmbito da reivindicação do povo, à sua própria reivindicação. Nunca viam a possibilidade de as mulheres se enxergarem de forma desvinculada do interesse coletivo ou até mesmo em conflito com esse interesse: primeiro o povo, e dentro desse povo, as mulheres. Da mesma forma, antes de expor os problemas de suas comunidades às animadoras do encontro e a mim, como responsável pelas aulas, as participantes indígenas debatiam privadamente, entre elas, o que e como iriam descrever suas realidades, para não prejudicar a imagem de seus mundos e de seus homens. Não se falava tudo para o público externo à comunidade, de forma a não trair a lealdade a seus povos em defesa de seus interesses como mulheres. Também comecei aí a compreender que uma união conjugal no meio indígena comunal é uma sociedade de contraprestação econômica em uma economia que é doméstica, portanto, a luta não pode ser, de forma alguma, contra os homens.

Uma vez concluída a experiência da oficina, o documento resultante permitiu que Rosane Kaingang reivindicasse com sucesso, no Ministério do Planejamento, recursos para dar seguimento a uma sequência de reuniões de mulheres indígenas de povos em todas as regiões do Brasil. A questão da mulher e das relações de gênero se estabelece como temática dentro do órgão indigenista oficial. Uma gestão com perspectiva de gênero vai se consolidando, duas séries de oficinas se realizam por uma década. Idealizada por Rosana Kaingang, a estratégia da primeira até a de 2006 foi colocar o foco no apoio em pecúnia, com controle social das mulheres reunidas por região, nas atividades produtivas das mulheres em suas respectivas comunidades para precisamente reforçarem suas posições. A partir de 2007, acontece uma nova série de oficinas regionais com foco na divulgação da recém-promulgada Lei Maria da Penha contra a violência doméstica. Nesse mesmo ano, a Funai criou a Coordenação de Mulheres Indí-

genas que, desde sua criação e ao longo de suas sucessivas transformações, esteve a cargo de uma mulher Wapichana: Léia Bezerra Vale.

Acompanhei essas oficinas em diferentes regiões do Brasil e com mulheres dos mais variados povos e, ao longo desse tempo, entendi, pelos relatos que escutávamos, que a violência nos lares indígenas aumentava à medida que as políticas do Estado ingressavam com suas ofertas de educação, saúde, documentação e trabalho, com oferta de salários para alguns, ou acordos com empresas privadas. A organização comunal se deteriorava e a família se nuclearizava. Produzi dois textos, “Gênero y colonialidad”, escrito a pedido de Aníbal Quijano, na busca de uma tese alternativa à de Maria Lugones, a abordar de outra forma a questão da existência do gênero no mundo pré-colonial, e “El sexo y la norma: frente estatal-empresarial-mediático-cristiano”, ambos integrando a coletânea *La crítica de la colonialidad en ocho ensayos y una antropología por demanda*, de 2017.

O debate em torno do infanticídio indígena e seu impacto no meu vocabulário teórico

Nessa caminhada de disponibilidades, interpelações e querelas pelo justo e necessário, fui encontrando outros questionamentos que me obrigaram a pensar e, obviamente, responder. Certo dia, durante uma atividade acadêmica, em Brasília, o telefone tocou. Era um convite da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados para participar de uma Audiência Pública – forma de consulta, no Brasil – sobre um projeto de lei sobre a criminalização do infanticídio indígena, em tramitação no Congresso Nacional. Tive que estudar, meditar. Resultou em uma acalorada arguição, de minha parte, contra a lei assim como um texto posterior, publicado em 2014, em inglês e português na *Revista Direito. UnB*, “Que cada povo teça os fios da sua história: o pluralismo jurídico em diálogo didático com legisladores”. Nele, obrigo-me a questionar velhos conceitos que fazem parte do sistema de crenças de minha disciplina e a propor categorias alternativas e mais operativas para elas. Definitivamente, a noção de “projeto histórico” de ser um povo vai substituir o suposto de que um catálogo de costumes, um patrimônio – sua “cultura” – é a referência indispensável para ser um povo. A noção de “cultura” será usada, a partir de então, com extrema cautela, já que cultura tende ao culturalismo, que não é outra coisa que fundamentalismo com outro nome, mais palatável. Povo é o sujeito coletivo de uma história; etnia, uma categoria classificatória; e a noção de identidade, uma armadilha para cancelar o tempo que nos atravessa. “Pluralismo histórico” vai substituir, no meu argumento, o instrumento do “relativismo cultural” e assim por diante, como pode se ler em forma de repertório nos corolários daquele texto.

Feminicídio em Ciudad Juárez e nos ambientes bélicos do México e do Triângulo Norte de América Central

Como demanda também tinha chegado à minha caixa de ferramentas de antropóloga o convite para ajudar a desvendar os enigmáticos assassinatos de mulheres em Ciudad Juárez, no estado de Chihuahua, na fronteira norte do nosso continente com os Estados Unidos. Depois de ouvir minha exposição sobre alguns capítulos de *Las estructuras elementales de la violencia*, antecipando sua publicação, em 2003, durante o seminário de Direitos Humanos do curso de verão da Universidade Complutense de Madrid no Escorial, a diretora da ONG Nuestras Hijas de Regreso a Casa, convocou-me para uma visita a Ciudad Juárez. Relato essa experiência e o que entendi ao vivenciá-la no ensaio: “La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas en Ciudad Juárez: territorio, soberanía y crímenes de Segundo Estado”, mais tarde traduzido em diferentes línguas. Aquela categoria de “Segundo Estado” passaria, dez anos depois e como consequência de minha colaboração com organizações em El Salvador, a ser concebida, no meu texto “Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres”, como uma “segunda realidade” completa, o que chamo hoje “esfera paraestatal de controle da vida” e que hoje vejo com mais clareza sua predisposição a multiplicar-se por nosso continente e como se compõe de uma “paraeconomia”, uma “paralegalidade”, “paracoerção”, “parainformação”. Reuni no livro *La guerra contra las mujeres*, de 2018, os ensaios dessa nova fase, já centrados no tema do feminicídio e nos crimes de gênero de guerra, isto é, das novas formas da guerra típicas de nosso continente. Coroa essa fase minha contribuição, minha atuação como perita no caso Sepur Zarco. Acabo de voltar da Guatemala, onde preparo a arguição que terei de apresentar diante do Tribunal de Maior Risco – como é chamado naquele país da América Central o tribunal superior para o julgamento das questões mais sensíveis. Pela primeira vez na história do direito dos crimes de lesa-humanidade, um tribunal superior se mobiliza para julgar um crime sexual de Estado, neste caso para crimes sexuais perpetrados por militares durante o período autoritário dos anos 1980. O tribunal julgará, no caso Sepur Zarco, a escravização doméstica e sexual de um grupo de mulheres Maya Q’eqchi’es por parte do Exército Guatemalteco. Acabo de participar de oitavas das vítimas do processo e estou elaborando texto a ser entregue ao Ministério Público da Guatemala. Há trinta anos que as mulheres da aldeia de Sepur Zarco aguardam por justiça.

Em 2016, um triunvirato de juízes guatemaltecos já havia proferido sentença condenatória aos processados pela escravização das mulheres da aldeia de

Sepur Zarco³. As conclusões da perícia, texto lido perante o Tribunal de Mayor Riesgo de Guatemala, em 2016, pode ainda ser encontrado em minha página do site Academia.edu, e três áudios com minha exposição perante o Tribunal de Maior Risco⁴.

Se eu tivesse que destacar quatro temas que marcaram a minha leitura do caso Sepur Zarco e que permanecem como lição que gostaria de passar à frente, não duvidaria em listar os seguintes:

1. Senti os juízes tocados, percebi que os aturdi ao invocar as conferências de Claude Lévi-Strauss (1971; 1975), na Unesco, especialmente as de 1971 e 2005. Explicava-lhes, justamente, que defender a pluralidade de povos, garantir a permanência de suas peculiaridades enriquecia o planeta, não se tratava simplesmente de uma questão de moralidade, não era uma posição moral, mas o resultado de um conhecimento do qual se derivava uma meta pragmática, a da capacidade mesma da espécie e da vida toda sobreviverem na construção do mundo. Somente na multiplicidade de formas e locais de existência haveria chance de sobrevivência. Entre outras coisas, porque é impossível saber hoje qual das formas de vida será aquela a assegurar uma porta aberta para o futuro na roleta russa da história natural, da qual nós, humanos, fazemos parte, estamos contidos. Portanto, o pluralismo e a defesa dos povos na sua diferença é uma questão “prática” e funcional para nossa espécie.

2. Foi uma descoberta, para mim, perceber no relato das mulheres, falando em sua língua q'eqchi', portanto permitindo-me observar atentamente sua gesticulação enquanto aguardava a tradução, que a dor manifestada, a entoação de queixa se tornava igual e até mais extrema ao se referirem à escravidão doméstica a que foram submetidas pelos soldados no “quartel de descanso” e da dor ainda aguda que sentiam ao se reportarem à escravidão sexual a que foram submetidas durante longos seis anos. A percepção do dano é aguçada pelo que estou convencida de que vi e ouvi nas emoções que transfixavam o relato: entregar o milho da “millpa” familiar, preparar as “tortillas” com as quais suas famílias deveriam alimentar-se, desviando

3. Pode-se encontrar o texto completo do “Peritaje antropológico de género” em: <http://www.unsam.edu.ar/pensamientoincomodo/files/Peritaje%20Antropol%C3%B3gico%20de%20G%C3%A9nero.%20Causa%20del%20Caso%20Sepur%20Zarco.pdf>.

4. Disponível em: http://www.ivoox.com/juiciosepurzarco-parte1-peritaje-antropologico-cultural-genero_rf_10549052_1.html; http://www.ivoox.com/juiciosepurzarco-parte2-peritaje-antropologico-cultural-genero_rf_10548803_1.html; e em: http://www.ivoox.com/juiciosepurzarco-parte3-peritaje-antropologico-cultural-genero_rf_10491443_1.html.

assim o sustento doméstico para aquela gente que tinha levado seus maridos e os torturado até a morte, rompendo para sempre a cumplicidade constitutiva da vida conjugal e familiar. Um sentimento, uma dor tão ou mais insuportável que a submissão ao sexo não consentido.

3. Com satisfação vi ser confirmada minha posição em um debate inicial que aconteceu, durante a minha segunda visita a Guatemala, ao expor pela primeira vez para um público composto de feministas, de representantes do Ministério Público e de membros de diferentes organismos internacionais. Nessa ocasião, um pequeno grupo de representantes da cooperação espanhola interveio para criticar um aspecto de minha argumentação. Para os intervenientes, as atrozes formas da crueldade ocorrida durante o genocídio indígena dos anos 1980 foram o resultado da ampliação do patriarcalismo já presente nas famílias campesino-indígenas. “Não, não era”, retruquei. Tratava-se sim de uma violência e de uma crueldade “de manual”, sobre o corpo das mulheres. Minha posição veio a ser confirmada na sequência, quando, ouvindo a perita linguísta quando da preparação de sua apresentação diante do Tribunal de Mayor Riesgo, fiquei sabendo das dificuldades por ela enfrentada para conseguir traduzir o que tinha ocorrido a aquelas mulheres: na língua q’eqchi’ não existe termo para “estupro”, portanto a tradutora e linguísta teve que encontrar uma palavra que representasse o padecido. A palavra foi “profanação”, cujo equivalente sim existe na língua q’eqchi’.

4. Por fim, o último e importante aprendizado diz respeito sobre a reparação, pois entendi que mais que qualquer outra coisa, as mulheres com quem eu tinha trabalhado esperavam do tribunal a sentença corroborando sua inocência em relação ao crime de guerra a que tinham sido submetidas. Mais tarde, em 2018, empreenderia a tarefa de investigar e elaborar um “Diagnóstico para a Polícia Nacional Civil da República de El Salvador” sobre crimes de gênero, incluindo feminicídios, perpetrados por membros da própria instituição.

Dessa forma, ao longo de todos esses esforços e de outros mais que não entraram nesse relato, minha “antropologia por demanda e litigante” foi traçando o seu caminho, colocando à disposição sua “caixa de ferramentas”. Mas a real peculiaridade desta perspectiva é que seu caminho é de mão dupla, pois somente se completa quando o trabalho realizado traz de volta seu aporte para o aperfeiçoamento da reflexão teórico-política e seus instrumentos conceptuais. No campo das Humanidades, o oferecimento de palavras para nomear o que necessita ser nomeado nas lutas dos povos é a nossa principal contribuição.

Referências

BUTLER, Judith. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. Abingdon, UK: Routledge, 1990.

CARVALHO, José Jorge de; SEGATO, Rita. Políticas raciais para uma universidade inclusiva: uma proposta de cotas para a Universidade de Brasília. *Série Antropológica*, n. 314, Universidade de Brasília, 2002.

LANDES, Ruth. *The city of women*: London: MacMillan Publishers, 1947.

LÉVI-STRAUSS, Claude. “La diversité culturelle, patrimoine commun de l’humanité”, conferência em celebração do 60º aniversário da Unesco, 2005. *Le Courier de l’Unesco*, n. 5, 2008.

_____. “Race et culture”, conferência na Unesco. *Revue Internationale des Sciences Sociales*, v. 23, n. 4, p. 647-666, 1971.

MATORY, J. Lorand. *Sex and the empire that is no more: gender and the politics of metaphor in Oyo Yoruba religion*. Mineapolis, MN: University of Minnesota Press, 1994.

OYEWUMI, Oyeronke. *The invention of women. Making an African sense of western gender discourses*. Mineapolis, MN: University of Minnesota Press, 1997.

RUBIN, Gayle. The traffic in women: notes on the “political economy” of sex. In: REITER, Rayna R. (Ed.). *Toward an anthropology of women*. *Monthly Review Press*, p. 157-210, 1975.

SCOTT, Joan. *Gender: a useful category of historical analysis*. Abingdon, UK: Routledge, 1989 [1986].

SEGATO, Rita Laura. *La crítica de la colonialidad en ocho ensayos y una antropología por demanda*. Buenos Aires: Prometeo, 2017.

_____. *La guerra contra las mujeres*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.

_____. Que cada povo teça os fios da sua história: o pluralismo jurídico em diálogo didático com legisladores. *Revista de Direito da Universidade de Brasília*, v. 1, n. 1, Jan.-Jun. 2014a.

_____. Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. *Sociedade e Estado*, v. 29, n. 2, maio/ago. 2014b.

_____. *Las estructuras elementales de la violencia*. Buenos Aires: Prometeo, 2013 [2003].

_____. Brechas descoloniales para una universidad nuestroamericana. *Revista Casa de las Américas*, n. 266, p. 43-60, jan./mar. 2012.

_____. Los cauces profundos de la raza latinoamericana. *Crítica y Emancipación*, Año 2, n. 3, p. 11-44, 2010.

_____. *La nación y sus otros. Raza, etnicidad y diversidad religiosa en tiempos de políticas de la identidad*. Buenos Aires: Prometeo, 2007.

_____. Raça é signo. In: AMARAL, Aécio; BURITY, Joanildo. *Inclusão social. Identidade e diferença. Perspectivas pós-estruturalistas de análise social*. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. *Santos e Daimones. O politeísmo afro-brasileiro e a tradição arquetipal*. Brasília: Editora UnB, 2005 [1995].

_____. La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas en Ciudad Juárez: territorio, soberanía y crímenes de Segundo Estado, *Série Antropológica*, n. 362, Universidade de Brasília, 2004.

_____. El sistema penal como pedagogía de la irresponsabilidad y el proyecto ‘habla preso: el derecho humano a la palabra en la cárcel’, *Latin American Network Information Center*, The University of Texas at Austin, Mar. 2003a. Disponible em: <http://lanic.utexas.edu/project/etext/llilas/cpa/spring03/cultu-raypaz/>.

_____. Uma agenda de ações afirmativas para as mulheres indígenas do Brasil. *Série Antropologia*, Universidade de Brasília, 2003b. Disponible em: <http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie326empdf.pdf>.

_____. El sistema penal como pedagogía de la irresponsabilidad y el proyecto ‘habla preso: el derecho humano a la palabra en la cárcel’. *Série Antropológica*, n. 329, Universidade de Brasília, 2003c.

_____. Cambio religioso y des-etnificación: la expansión evangélica en los Andes Centrales de Argentina. *Religiones Latinoamericanas*, n. 1, Buenos Aires, jan./jun. 1991.

_____. Um paradoxo do relativismo: discurso racional da antropologia frente ao sagrado. *Série Antropológica*, n. 86, Universidade de Brasília, 1989.

_____. Inventando a natureza: família, sexo e gênero no Xangô do Recife. *Anuário Antropológico*, “Ensaio bibliográficos”, v. 10, n. 1, p. 11-54, Universidade de Brasília, 1986.

SCHABERT, Tilo (Ed.). *Prophets and prophecies*. *Eranos*. Würzburg, DE: Königshausen & Neumann, 2004.



Notas sobre as autoras e os autores

Notas sobre as autoras e os autores

César Augusto Baldi

Professor da Universidade Luterana do Brasil até 2007. Professor de Antropologia Jurídica na EBN, Brasília. Servidor do Tribunal Regional Federal da 4ª Região desde outubro de 1989. Pesquisador do Núcleo de Estudos para Paz e Direitos Humanos (NEP) da Universidade de Brasília. Tem experiência na área de direito, atuando principalmente nos seguintes temas: direitos humanos, interculturalidade, Islã, feminismo islâmico, indígenas, comunidades tradicionais, teorias críticas de direitos humanos, teorias pós e decoloniais, racismo, quilombolas, territorialidades. Lecionou Introdução ao estudo do direito, Direito administrativo e Direito constitucional. Editor de *Direitos humanos na sociedade cosmopolita* (Renovar, 2004) e *Aprender desde o Sul* (Fórum, 2015). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8202034636185727>.

Danú Gontijo

Advogada, com mestrado em direitos humanos pela Universidade de Utrecht (2004) e doutorado em bioética pela Universidade de Brasília (2015). Pesquisadora associada e professora colaboradora da Cátedra Unesco de Bioética/ Programa de Pós-Graduação em Bioética. Tem interesse nos temas relacionados a violência, feminismos, gênero, saúde, tortura, feminicídios, violência de Estado e letalidade policial, criminologia crítica e sistema penitenciário, justiça, antropologia, direitos humanos, mídia. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2340422058356417>.

Elaine Moreira

Possui graduação em ciências sociais, habilitação em antropologia pela Universidade Estadual de Campinas (1990), mestrado e doutorado em *anthropologie sociale et ethnologie*, pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (Ehess), em 1995 e 2012, respectivamente. Pós-doutorado na UnB, bioética. Participou com pesquisas junto ao projeto Pacta – Coordenado por Mauro Almeida (Unicamp) e Laure Emperaire (IRD). Tem experiência na área de antropologia, com ênfase em etnologia indígena, atuando principalmente nos temas: redes sociais Ye'kuana, circulação de objetos, conhecimentos tradicionais, antropologia das sementes, migrações e mobilidade indígena. Atualmente acompanha com pesquisa a presença indígena dos Warao da Venezuela no fluxo migratório

venezuelano em Roraima. Coordena o projeto de extensão Observatório dos direitos e políticas indigenistas (Obind), do Departamento ELA-UnB. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9510291380309325>.

Gustavo Augusto Gomes de Moura

Educador popular, é mestre em antropologia social pela UnB (2011) e doutorando em bioantropologia no PPGA/UFPA, na linha de povos indígenas e populações tradicionais. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9336687697427133>.

Jocelina Laura Carvalho de Segato

Graduada em ciências sociais pela UnB, com ênfase em antropologia (2017). Atualmente, mestranda em bioética (Programa de Pós-Graduação em Bioética/UnB). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8807804052919515>.

Juliana Floriano Toledo Watson

Doutoranda em bioética; mestra em bioética pelo Programa de Pós-Graduação em Bioética da Universidade de Brasília; bacharel em ciências sociais com habilitação em antropologia pela Universidade de Brasília; licenciada em ciências sociais. Aprendiz de raizeira e parteira no Cerrado; coordenadora da Formação de Parteiras e Doulas com a mestra Dona Flor; trabalha com ginecologia autônoma e natural e medicinas populares. Tem experiência com movimentos sociais, principalmente feministas; como professora de sociologia na rede pública e professora de português como segunda língua; e como tradutora de espanhol-português-espanhol. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3146123354330608>.

Livia Vitenti

É doutora em antropologia pelo programa de pós-graduação da Universidade de Montréal, em Quebec, Canadá. Teve por tema de tese o suicídio Atikamekw, população indígena habitante do Quebec. Sua tese se intitula: “*Couper le fil de la vie: suicide et rituels de mort chez les Atikamekw de Manawan*”. Possui mestrado em antropologia pela PPGAS da UnB (2005), e teve por tema de dissertação as jurisdições especiais indígenas de quatro países andinos, a saber, Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. A dissertação de mestrado se intitula: “Da antropologia jurídica ao pluralismo jurídico”. Possui graduação em ciências sociais com habilitação em antropologia pela UnB (2002). Entre 2012 e 2015 foi pesquisadora pós-doutoral (PDJ-CNPq) na Cátedra Unesco de Bioética da UnB, sob a supervisão de Rita Laura Segato. Entre 2014 e 2015 foi professora substituta no Departamento de Antropologia da UnB. Igualmente, foi consultora da Organização Panamericana de Saúde (Opas) para a Secretaria Especial

de Saúde Indígena (Sesai) entre os anos de 2017 e 2018. Entre 2018 e 2019 foi pesquisadora PNPD no Departamento de Antropologia da UnB. Atualmente é coordenadora do Plano de Ação das Primeiras Nações contra agressões sexuais, na organização Femmes Autochtones du Québec/Quebec Native Women Inc. Tem experiência na área de antropologia da saúde, com ênfase em saúde mental, suicídio indígena e prevenção do suicídio, etnologia indígena, antropologia da religião e antropologia jurídica. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8541766151991632>.

Lourival Ferreira de Carvalho Neto

Doutorando em direito pela Universidade de Brasília (UnB), na linha de pesquisa de Sociedade, conflito e movimentos sociais. Mestre em direitos humanos e cidadania pela UnB. Bacharel em direito pela Universidade Estadual do Piauí (Uespi). Membro do Grupo de Pesquisa Antropologia e Direitos Humanos do CNPq e do Centro de Estudos em Desigualdade e Discriminação (UnB). Advogado. Pesquisador jurídico (OAB Nacional). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7995270411139059>.

Marianna Assunção Figueiredo Holanda

Professora da UnB. Saúde coletiva (FCE/UnB), Centro Internacional de Bioética e Humanidades (Cibh/UnB) e Programa de Pós-Graduação em Bioética (PPG-Bioética/UnB). Pesquisadora de bioética e direitos humanos desde a decolonialidade, as interseccionalidades de gênero, raça, etnia e das lutas por justiça social. Pluralismo jurídico, bioético e de outros mundos. Antropologia do corpo, das emoções e dos sentidos. Da morte e do morrer. Da dignidade e do nascer. Doutora em bioética pelo Programa de Pós-Graduação em Bioética da UnB (2015), mestra em antropologia social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UnB (2008), bacharela em ciências sociais pela UnB, com habilitação em antropologia (2005). Coordenadora da Liga Acadêmica de Bioética e Direitos Humanos da Universidade de Brasília – Projeto de Extensão Continuada – desde dezembro de 2019. Presidenta da Sociedade Brasileira de Bioética – Regional Distrito Federal (gestão 2022-2023). Membro da Comissão de Direitos Humanos da Associação Brasileira de Antropologia (CDH/ABA). Mãe de Caetano, Samuel e Francisco. #MaternidadeNoLattes CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8460180060006601>.

Patrícia de Mendonça Rodrigues

Mestre em antropologia pela Universidade de Brasília (1993) e PhD em antropologia pela Universidade de Chicago (2008). Realizou pesquisa acadêmica

com o povo Javaé, no médio Rio Araguaia, sobre organização social, cosmologia, gênero e etno-história. Coordenou nove grupos técnicos da Funai de identificação e delimitação de terras indígenas no médio Araguaia e alto Tapajós, de interesse dos povos Xavante, Kayabi, Munduruku, Karajá, Javaé e Avá-Canoeiro do Araguaia. Publicou vários artigos sobre os Javaé, Avá-Canoeiro do Araguaia, Karajá e Xavante. Desde 2009 tem militado pela inclusão dos Avá-Canoeiro do Araguaia em uma pauta de direitos humanos e constitucionais e atualmente está coordenando um projeto de estudos etnoterritoriais.

Pedro Paulo Gomes Pereira

Livre-docente pela Universidade Federal de São Paulo (2013). Professor associado da Universidade Federal de São Paulo. Professor do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de São Paulo. Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Diferenças, Direitos Humanos e Saúde (Quereres). Possui mestrado em antropologia pela UnB (1996), doutorado em antropologia pela UnB (2001) e pós-doutoramento na Universidade de Barcelona (2001-2002). Foi pesquisador visitante pós-doc na Universidade de Barcelona. Bolsista da Fundación Carolina para realizar pesquisa na Espanha, Universidad Rovira y Virgili. É membro de comissões editoriais em publicações periódicas e parecerista em diversos periódicos na área de ciências sociais, saúde coletiva e estudos de gênero e sexualidade. Editor na *Revista Interface*. Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, da Associação Brasileira de Antropologia (2002). É responsável por auxílios à pesquisa ativos na Fapesp. É membro da Abrasco, onde participa do GT Saúde da População LGBTI+. É parecerista do CNPq, da Capes, da Fapesp. É autor dos livros *O terror e a dádiva* (2004), *De corpos e travessias* (2014), *Queer in the Tropics: gender and sexuality in the Global South* (2019), além de artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais. Áreas de atuação: corpo, saúde, doença. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1474930426841995>.

Priscila Paz Godoy

Graduada pela Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, em 1999. Formada pela Escola de Governo, curso promovido pela Associação Brasileira de Formação de Dirigentes Públicos e pela Universidade de São Paulo (USP), em 2004. Mestre em direitos humanos e cidadania pela Universidade de Brasília (PPGDH/CEAM/UnB), em 2015. Tem experiência em direito público e direitos humanos com atuação em escritório de advocacia, nos poderes executivos municipais e federal, em organização não governamental e organismos internacionais. Autora do livro *O povo invisível: os ciganos*

e a emergência de um direito libertador (2016). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6483433968386731>.

Rita Laura Segato

Recebeu os títulos de Master of Arts (1978) e PhD (1984) pelo Departamento de Antropologia Social da Queen's University of Belfast, Irlanda do Norte, Reino Unido. É professora emérita da Universidade de Brasília pelo Programa de Pós-graduação em Bioética e Pesquisadora Sênior do CNPq. Foi docente do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília de 1985 a 2010 e nos Programas de Pós-graduação em Bioética e Direitos Humanos de 2011 a 2017. Em 2018 recebeu o Prêmio Latino-americano e Caribenho de Ciências Sociais (Clasco, 50 anos). Em 2020 recebeu o Prêmio Daniel Cossio Villegas em Ciências Sociais do Colégio de México (Colmex). Em 2021 recebeu o Prêmio Frantz Fanon da Associação Caribenha de Filosofia por sua trajetória. A Universidade Nacional de Salta, a Universidade Autônoma de Entre Rios, a Universidade Provincial de Córdoba, a Universidade Nacional de Cuyo, a Universidade Ibero-americana do México e a Universidade de El Salvador lhe concederam o título de Doutor Honoris Causa, e a Universidade de Guadalajara lhe concedeu o título de Visitante Ilustre. Recebeu a Medalha de Prata de Santo Inácio de Loyola da Ordem dos Jesuítas na Universidade Ibero-Americana do México. A Câmara Legislativa da Cidade de Buenos Aires a nomeou Personalidade Destacada da Cultura e a Cidade de Montevidéu e lhe concedeu o título de Visitante Ilustre. Recebeu também o Prêmio Pensamento Argentino dos Prêmios Democracia. Em março de 2017, foi destacada como uma das quatro intelectuais representativas do pensamento latino-americano pela revista mexicana *La Tempestad*. A agência espanhola EsGlobal a incluiu por dois anos consecutivos, 2017 e 2018, entre os 30 intelectuais mais influentes da Ibero-América. Atualmente é membro da Coordenação do Curso de Especialização em Estudos Afro-Latino-Americanos e Caribenhos da Clasco. Em 2018, o Museu Reina Sofia, em Madri, fundou a Cadeira Aníbal Quijano e a nomeou como sua titular. Em 2019, a Universidade Nacional de San Martín (Unsam), Argentina, criou a “Cátedra Rita Segato de Pensamiento Incómodo”, sob sua direção. Em 2019 foi convidada para ministrar o prestigioso Curso de Mestrado O Autor e sua Obra na Universidade Internacional Menéndez y Pelayo, Santander, Espanha e Lasa organizou em seu encontro em Boston uma sessão chamada Conversa com Rita Segato. Durante o primeiro semestre de 2022 foi professora visitante no Programa de Estudos Latino-Americanos (Plas) na Universidade de Princeton, nos Estados Unidos da América. Foi coautora da primeira proposta de ação afirmativa para garantir a admissão de estudantes negros e indígenas no ensino superior no Brasil (1999), e coautora,

com 41 mulheres indígenas de todas as regiões do país, de uma primeira proposta de ação afirmativa e políticas públicas para as mulheres indígenas perante o Estado brasileiro (2002). Atuou como especialista no Tribunal Viena+20 (Bilbao, 2013), juíza do Tribunal Permanente dos Povos para o capítulo México na Audiência Chihuahua (2014), testemunha especializada do Ministério Público da Guatemala para o caso Sepur Zarco de sujeição à escravidão sexual e doméstica de mulheres indígenas Maya Qeqchies por militares guatemaltecos durante o período autoritário (2014 a 2016), juíza do Tribunal dos Direitos da Mulher do Fórum Social Pan-Amazônico (Tarapoto, Peru, 2017), autora de um Diagnóstico da Polícia Nacional Civil de El Salvador sobre crimes de gênero (2018), e testemunhou como especialista perante o Tribunal Federal Criminal Oral 2 no julgamento de Crimes contra a Humanidade em centros de detenção em Escobar, Campana e Zárate, Província de Buenos Aires, Argentina, entre março e abril de 1976 (2019). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7719153067130491>.

Tânia Mara Campos de Almeida

Graduada em ciências sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em 1989, mestra e doutora em antropologia pela Universidade de Brasília (UnB), respectivamente em 1994 e 2001, com pós-doutorado em representações sociais pela UnB (Instituto de Psicologia, 2006), pela Université de Provence e pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (Ehess), França, 2007. Atualmente, é professora associada do Departamento de Sociologia (UnB), bem como integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres (NEPeM) da mesma universidade. No período de 2012 a 2016, foi editora-adjunta da revista *Sociedade e Estado*, na sequência sua editora-responsável (desde julho/2020), além de integrar o corpo editorial de vários periódicos científicos. Entre 2016 e 2018 atuou como coordenadora dos bacharelados em sociologia e ciências sociais do departamento. Tem experiência e publicações na área das ciências sociais e humanas, com ênfase nos seguintes temas: gênero, violência, trabalho, saúde e religião. É bolsista produtividade PQ2 do CNPq e integrante do grupo de pesquisa do CNPq “Diálogos em sociologia clínica (UnB)”. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5972548202499046>.

Vanessa Rodrigues de Araújo

Doutoranda em humanidades pela Universidad Autónoma Metropolitana, unidade de Xochimilco, México (UAM-X), na linha de pesquisa *estudios culturales y crítica poscolonial*. Mestra em direitos humanos e cidadania pela Universidade de Brasília (UnB). Especialista em direitos humanos pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Graduada em ciências jurídicas pelo Centro Universi-

tário de Brasília (UniCeub). Foi colaboradora do Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos. É pesquisadora do Grupo de Pesquisa Antropologia e Direitos Humanos do CNPq. Atuou como assessora jurídica no Conselho Indigenista Missionário (Cimi), realizando ações político-jurídicas voltadas à proteção e garantia territorial dos povos indígenas do Brasil. Adicionalmente, desenvolve pesquisas na linha de direitos humanos, teorias decoloniais, direitos indígenas, memória, raça e gênero. Autora do livro *Sabendo quem somos: memória familiar e descolonização* (2019). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4398978450108334>.

Verenilde Santos Pereira

Possui graduação em comunicação social pela Universidade Federal do Amazonas (1979) e mestrado em comunicação pela Universidade de Brasília (1995). Tem experiência na área de comunicação, atuando principalmente nos seguintes temas: mídia, índios e representação. É doutora pela Faculdade de Comunicação de Brasília, na área de jornalismo e sociedade. Defendeu a tese em 2013, cujo título é “Violência e singularidade jornalística: o ‘massacre da Expedição Calleri’”, sob orientação da Prof. Dra. Rita Laura Segato. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6744436215893417>.

Volnei Garrafa

Graduado em odontologia pela PUC-RS, Porto Alegre (1965-68); especialista em cancerologia bucal (Residência) pela Associação Paulista de Combate ao Câncer, Hospital A. C. Camargo (1969-1970); doutor em ciências pela Unesp (1971-1974); pós-doutorado em bioética pela Universidade La Sapienza /Roma Itália (1991-1993); ex-professor titular do Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências da Saúde (FS) da UnB (1990-2018). Atualmente é diretor do Centro Internacional de Bioética e Humanidades. Coordenador do Programa de Pós-graduação em Bioética – mestrado e doutorado acadêmico (Conceito 5 Capes), atuando na área de concentração em saúde pública e nas linhas de pesquisa: a) fundamentos de bioética e saúde pública; b) situações emergentes em bioética; c) situações persistentes em bioética; coordenador da Cátedra Unesco de Bioética. Membro titular do Conselho Diretor da Universidade de Brasília (2014-2020); cofundador e primeiro presidente da Red-Latinoamericana y del Caribe de Bioética de la Unesco – Redbioética (2003-2010), da qual atualmente é diretor de Assuntos Internacionais; membro do Conselho Científico da Sociedade Internacional de Bioética (Sibi), Gijón/Espanha e vice-presidente para a América Latina; membro do International Bioethics Committee da Unesco, Paris/França (2010-2017); coordenador dos cursos

de especialização em bioética desenvolvidos pela Cátedra Unesco de Bioética na UnB, entre 1998 e 2018 (18 edições anuais consecutivas); editor da *Revista Brasileira de Bioética (RBB)*; coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa da FS-UnB (2000-2003 / 2006-2009); coordenador (2004-2006) do Comitê de Ética de Uso Animal do Instituto de Ciências Biológicas da UnB (Ceua); delegado designado pelo presidente da República para assessorar a delegação brasileira na Unesco no processo de elaboração da Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos na Unesco, Paris / França (2004-2005); membro do Grupo de Trabalho designado pelo Ministro da Saúde para elaborar Projeto de Lei para criação do Conselho Nacional de Bioética (2003-2004); vice-presidente (1999-2002) e após presidente da Sociedade Brasileira de Bioética (2001-2005); presidente do Sixth World Congress of Bioethics, Brasília, novembro de 2002; membro (de 1997 a 2003) da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa do Ministério da Saúde (Conep); membro do Comitê de Bioética do Instituto Nacional do Câncer (Inca), Rio de Janeiro (1999-2003); membro da Banca Examinadora para análise de progressão funcional para classe de Professor Associado (Bepa), Universidade de Brasília (2008-2018); presidente (1994-1996) do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes); cofundador e primeiro presidente do Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (1987-1989); decano (pró-reitor) de Extensão Universitária da UnB (1985-1989); cofundador (1978) e presidente (1980-1982) da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUnB); presidente (1976-1978) da Sociedade Brasileira de Estomatologia (Sobe); coordenador do Programa Nacional de Prevenção e Diagnóstico Precoce do Câncer Bucal da Divisão Nacional de Câncer do Ministério da Saúde (1977-1979); membro do Board of Directors da International Association of Education in Ethics (IAEE), Pittsburgh/Estados Unidos (2013-2017) e seu presidente na gestão 2017-2020. Índices Pesquisador: Índice H = 45 e Índice i10 = 127. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2059138334891787>.



PhD pelo Departamento de Antropologia Social da Queen's University of Belfast, Irlanda do Norte, Reino Unido, Rita Segato é professora emérita da Universidade de Brasília. Em 2018 recebeu o Prêmio Latino-Americano e Caribenho de Ciências Sociais (Clacso, 50 anos); em 2020, o Prêmio Daniel Cossío Villegas em Ciências Sociais do Colégio de México (Colmex); em 2021, o Prêmio Frantz Fanon da Associação Caribenha de Filosofia por sua trajetória. A Universidade Nacional de Salta, a Universidade Autônoma de Entre Rios, a Universidade Provincial de Córdoba, a Universidade Nacional de Cuyo, a Universidade Ibero-americana do México e a Universidade de El Salvador lhe concederam

o título de *Doutor Honoris Causa*. A agência espanhola EsGlobal a incluiu por dois anos consecutivos, 2017 e 2018, entre os 30 intelectuais mais influentes da Ibero-América. Atualmente é membro da Coordenação do Curso de Especialização em Estudos Afro-Latino-Americanos e Caribenhos da Clacso. Em 2018, o Museu Reina Sofia, em Madri, fundou a Cadeira Aníbal Quijano e a nomeou como sua titular. Durante o primeiro semestre de 2022 foi professora visitante no Programa de Estudos Latino-Americanos (Plas) na Universidade de Princeton, nos Estados Unidos da América. Foi coautora da primeira proposta de ação afirmativa para garantir a admissão de estudantes negros e indígenas no ensino superior no Brasil (1999), e coautora, com 41 mulheres indígenas de todas as regiões do país, de uma primeira proposta de ação afirmativa e políticas públicas para as mulheres indígenas perante o Estado brasileiro (2002). Atuou como especialista no Tribunal Viena+20 (Bilbao, 2013), juíza do Tribunal Permanente dos Povos para o capítulo México na Audiência Chihuahua (2014), testemunha especializada do Ministério Público da Guatemala para o caso Sepur Zarco de sujeição à escravidão sexual e doméstica de mulheres indígenas Maya Q'eqchi por militares guatemaltecos durante o período autoritário (2014 a 2016), juíza do Tribunal dos Direitos da Mulher do Fórum Social Pan-Amazônico (Tarapoto, Peru, 2017), autora de um Diagnóstico da Polícia Nacional Civil de El Salvador sobre crimes de gênero (2018), e testemunhou como especialista perante o Tribunal Federal Criminal Oral 2 no julgamento de Crimes contra a Humanidade em centros de detenção em Escobar, Campana e Zárate, Província de Buenos Aires, Argentina, entre março e abril de 1976 (2019).

